

CAMPANHA SALARIAL
NACIONAL UNIFICADA

2012

NO MUNICÍPIO QUEM CUIDA

- Da saúde da família?
- Da atenção aos idosos?
- Da aprendizagem das crianças?
- Da limpeza da cidade?
- Do acesso aos direitos básicos de cidadania?

É HORA DE VALORIZAR OS/AS
SERVIDORES/AS MUNICIPAIS

CONFETAM CUT
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES
NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL

FETRAM CUT
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

IMPRESSO

SINSEP

20 ANOS

SINDICATO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO

CUT

BOLETIM DO SINSEP

Nº 167

Dezembro/2011

Campanha Salarial 2012 já começou

Campanha
Salarial
2012

Valorizar para servir MELHOR

Servidores reivindicam reajuste salarial de 13%

Assembleia aconteceu dia 7 de dezembro

Os servidores jaraguenses reunidos em Assembleia Geral realizada dia 7 de dezembro, no STIVestuário, aprovaram a proposta para a Campanha Salarial 2012: 13% de reajuste, mais R\$ 3,00 no valor diário do auxílio alimentação. O pedido de audiência foi encaminhado dia 8 para a administração.

A Assembleia analisou o crescimento da economia, no último ano, e ficou claro que nunca se arrecadou tanto nas Prefeituras da microrregião. Além disso, em Jaraguá do Sul, o Orçamento aprovado para 2012 teve acréscimo de 31% em relação a 2011 e o comprometimento da receita do município com Folha de Pagamentos é de 41,3% - o limite prudencial de gastos com salários pode chegar a 51%. Portanto, a Prefeitura tem plenas condições de atender a reivindicação aprovada na Assembleia.

Até abril do próximo ano, não existe qualquer impedimento legal para que a Prefeitura conceda aumento real de salário e consequentemente valorize os servidores. Agora, a categoria espera que a prefeita tenha disposição de negociar com o Sindicato a pauta de reivindicações aprovada na Assembleia.

A Campanha Salarial/2012 já começou em toda microrregião. O Sinsep inicia a luta com firme propósito de mobilizar a categoria por melhor salário e condições de trabalho, desde já. Em virtude das eleições municipais em 2012, o calendário de ações ficará restrito e as negociações com os prefeitos

precisam ocorrer o quanto antes. As Prefeituras aumentaram as arrecadações em 2011 e devemos lutar que esse crescimento se reverta também em melhorias para o conjunto dos servidores.

**Participe da Campanha Salarial:
"valorizar para servir melhor".**

Nesse período de festas temos a oportunidade de renovar nossas esperanças pelo ano que está por vir. É o momento de refletir sobre os nossos planos e traçar novas diretrizes. Foi através de muito trabalho que em 2011 tivemos várias conquistas. Esperamos, em 2012, avançar ainda mais nesta luta pelo bem-estar social.

Desejamos a você e sua família
**Feliz Natal e
Próspero Ano Novo,**
repleto de paz, saúde e alegria.

SINSEP 20 ANOS
SINDICATO DOS SERVIDORES
PÚBLICOS MUNICIPAIS DE
JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO



Imagem de artesanato produzido por Tania Hornrich dos Santos

Mesmos interesses nos unem

O Sinsep agradece com carinho o apoio recebido de toda a categoria no decorrer de 2011. Estamos no mesmo caminho, os mesmos interesses nos unem. Agora, é antecipar a luta do próximo ano. Convocamos os servidores municipais da microrregião a participarem ativamente da campanha salarial, desde já, porque o calendário eleitoral reduz o prazo para que as prefeituras

encaminhem projetos de lei que garantam melhorias coletivas ao servidor. Precisamos assegurar conquistas na negociação com os prefeitos.

Em 2011, o Sinsep posicionou-se e lutou de maneira firme em todas as situações que exigiram a defesa dos direitos da categoria, a começar pela permanente campanha contra terceirização no serviço público, encampada pelo Sinsep em conjunto com a Federação dos Municipários de SC (Fetram) e CUT/SC. Temos muita honra em representar os servidores. Comemoramos

Em 2012 estaremos engajados nas Conferências sobre Emprego e Trabalho Decente, chamadas pela Organização Internacional do Trabalho e que devem mobilizar o mundo. No Brasil, a Conferência está marcada para o mês de maio.

juntos a implantação do Piso Nacional do Magistério, luta que teve como opositor o governo de Luiz Henrique da Silveira, que impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade à Lei (11.738/2008) que instituiu o piso.

A Adin não vingou, ainda bem. A próxima luta é pela implantação de 1/3 da carga horária do professor em "hora-atividade" e que precisa acontecer no início de 2012.

O Sinsep também denunciou a falta de condições de ensino nas escolas de Guaramirim feitas em pré-moldado, mau exemplo de uso do dinheiro público em construções obsoletas. Defendeu os servidores do Hospital Municipal Santo Antônio diante da ânsia do prefeito em privatizar a instituição – o que infelizmente aconteceu a partir de 1º de agosto de 2011.

O seu Sindicato está mobilizado na luta por creche de qualidade e pública, um direito que deve ser mantido "ao alcance das crianças". Apoiar a luta dos professores estaduais em greve por salário e condições de trabalho, movimento que expôs o caráter repressivo do governo Raimundo Colombo contra servidores do magistério.

Em 2011 o Sinsep esteve na 6ª Plenária Nacional da Confederação dos Trabalhadores Municipários (Confetam), realizada em maio, em Brasília, e que aprovou lutas prioritárias como o combate ao racismo, pela valorização do SUS e do trabalhador em saúde (esta última foi tema de Seminário promovido pelo Sindicato, em julho). Eventos de abrangência estadual como o seminário sobre a crise econômica e os efeitos da desindustrialização que se avizinha no Brasil; e a Marcha dos Catarinenses, em junho, tiveram a participação do Sinsep, assim como o Seminário Catarinense de Prevenção ao Assédio Moral no Trabalho, em agosto.

O Sindicato começou a reunir os servidores jaraguenses, por área específica de trabalho, em 2011, como forma de aprofundar o debate na defesa de interesses próprios de cada função e cargo, na administração. Agentes comunitários de Saúde e os servidores de Enfermagem são exemplos disso.

Muitas outras realizações serão concretizadas em 2012. Muitas lutas estão por vir, a começar pela Campanha Salarial, no início do ano. O Sinsep estará engajado, mais do que nunca, nas Conferências sobre Emprego e Trabalho Decente, chamadas pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) e que devem mobilizar o mundo do trabalho. No Brasil, a Conferência está marcada para o mês de maio do Novo Ano. Feliz Natal a todos os servidores de Jaraguá do Sul e Região.

A DIRETORIA

Férias no Sinsep

Último dia de atendimento em 2011

Dia 21 de dezembro

Retorno às atividades

Dia 23 de janeiro/2012

Professores e auxiliares de creche têm 45 dias de férias

A partir de janeiro de 2012, os servidores da área da Educação Infantil (professores e auxiliares de Creche), em Guaramirim, terão direito a 45 dias de férias por ano. Esta conquista foi resultado de ampla negociação entre o Sinsep e a administração de Guaramirim, desde o início deste ano. Em outubro, a administração municipal acatou a reivindicação do Sindicato.

Projeto permite aos professores alteração da carga horária

A Câmara de Vereadores de Guaramirim aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 016/2011, que permite aos professores de Escolas e Centros de Educação Infantil a alteração da sua carga horária para 10, 20, 30 ou 40 horas semanais, mediante requerimento escrito e fundamentado.

O único critério é haver disponibilidade de vagas. O Projeto foi negociado entre o Sinsep e a Secretaria Municipal de Educação.

Participe do abaixo assinado pelo reajuste do Piso Estadual

O Sinsep conclama os servidores públicos municipais da microrregião a se engajarem à Campanha de abaixo assinado para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que vai garantir a correção automática dos valores do Piso Estadual de Salário. E pede aos professores ACTs, que farão as rescisões dos contratos de trabalho entre os dias 15 e 21 de dezembro, para que tragam consigo o Título Eleitoral e participem do abaixo assinado. São necessárias 50 mil assinaturas (5% do eleitorado catarinense) para que o projeto tenha amparo legal. O Piso Estadual de Salário foi uma conquista da classe trabalhadora, instituído pela Lei Complementar Estadual número 459, em 30 de setembro de 2009. Beneficiou direta e indiretamente mais de 1,5 milhão de catarinenses, segundo o Dieese, e alavancou os demais pisos salariais das mais diversas categorias. Folhas para assinaturas estão disponíveis no Sinsep. É obrigatório o número do Título Eleitoral. Não perca essa oportunidade de participar de mais uma luta em favor dos direitos dos trabalhadores de Santa Catarina.

Cronograma de final de ano

Boletim do Sinsep publica o cronograma de rescisões dos ACTs, por município, com data, horário e local, além do calendário de férias nas Prefeituras.

Ao lado você encontra o período de férias no Sinsep.

Calendário de Rescisões de ACTS na microrregião

MUNICÍPIO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Corupá	15/12	8h30	Câmara de Vereadores
Massaranduba	16/12	8h30	Câmara de Vereadores
Jaraguá do Sul	19/12	das 8 às 13h	Câmara de Vereadores
Guaramirim	20/12	8h30	Câmara de Vereadores
Schroeder	21/12	8h30	Prefeitura

CALENDÁRIO DE FÉRIAS COLETIVAS NAS PREFEITURAS DA MICRORREGIÃO

Município	Período de férias	Final das férias
Jaraguá do Sul	Ponto facultativo: 26 a 30/12 Férias: 02/01 a 22/01 – 20 dias	retorno dia 23/01
Schroeder	23/12 a 21/01 – 30 dias	retorno dia 23/01
Guaramirim	22/12 a 20/01 – 30 dias	retorno dia 23/01
Corupá	22/12 a 20/01 – 30 dias	retorno dia 23/01
Massaranduba	19/12 a 17/01 – 30 dias	retorno dia 18/01

Servidores da Educação aprovam reivindicações

Objetivo é assegurar a implantação de 1/3 da carga horária destinado à hora-atividade

Projeto de Iniciativa Popular quer eleição para diretor de escola

Luta defendida historicamente pelo Sinsep pode se tornar realidade na rede de ensino, em Massaranduba



Professor Rodolfo com o abaixo assinado

Ideia surgida nas aulas de História a cargo do professor Rodolfo Stringari, diretor do Sinsep, poderá se transformar em Projeto de Lei de Iniciativa Popular pela eleição direta para diretores de escolas na rede municipal de Massaranduba.

Os alunos da 7ª série, na Escola Pedro Aleixo, aprofundaram o atual conteúdo de História, ministrado pelo professor Rodolfo e, contando com o apoio de outros professores, colocaram o abaixo assinado nas ruas.

O conteúdo da disciplina resgata os períodos da Regência, do Império,

os diversos governos brasileiros, desde Getúlio Vargas até hoje e as diferenças de regime democrático e ditatorial. O professor Rodolfo acredita que não será difícil coletar as 600 assinaturas (5% dos mais de 11 mil eleitores, todas com o devido número do título eleitoral) necessárias para justificar o Projeto de Lei à Câmara de Vereadores. "É um instrumento fundamental para aperfeiçoamento da democracia em nosso município, aumentando a transparência, o controle social e a participação popular", defende Rodolfo, lembrando que "a sua implementação depende de vontade política". A intenção é protocolar o Projeto em fevereiro de 2012, no início do ano letivo.

A questão é simples: "O que os pais preferem: diretor de escola indicado por um grupo político, ou professores, pais, funcionários e alunos escolherem o seu diretor?". O professor Rodolfo lembra que conceitos como cidadania, direitos humanos e democracia têm tudo a ver com o conteúdo de História: "Os diretores indicados são contra a proposta, dizem que tem cunho político, mas é exatamente o contrário daquilo que queremos". E conclui: "Entre uma administração e outra muda toda a equipe e isso atrapalha o andamento da comunidade escolar. Educação não pode estar vinculada a partido político, tem que ser democrática, pensar a longo prazo, continuar o processo educacional".

Conheça trechos do Projeto de Lei

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR DISPÕE SOBRE A ESCOLHA DE DIRIGENTES DAS UNIDADES ESCOLARES E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A escolha para nomeação dos Dirigentes das Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino será feita nos termos desta Lei, que tem como princípios fundamentais:

I - a autonomia; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - a gestão democrática do ensino público; V - o pluralismo político; VI - a igualdade perante a lei; VII - a valorização dos trabalhadores na educação; VIII - a promoção da integração escola-comunidade.

Art. 2º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a efetuar a nomeação dos Dirigentes das Unidades Escolares e Centros de Educação

Infantil mediante a eleição direta pela comunidade escolar, na forma desta Lei, vedada qualquer outra forma de escolha e nomeação.

Art. 3º Os Dirigentes serão eleitos pela comunidade escolar, mediante chapa devidamente registrada junto à Comissão Eleitoral Central, através de voto secreto e direto, proibido o voto por representação ou por procuração.

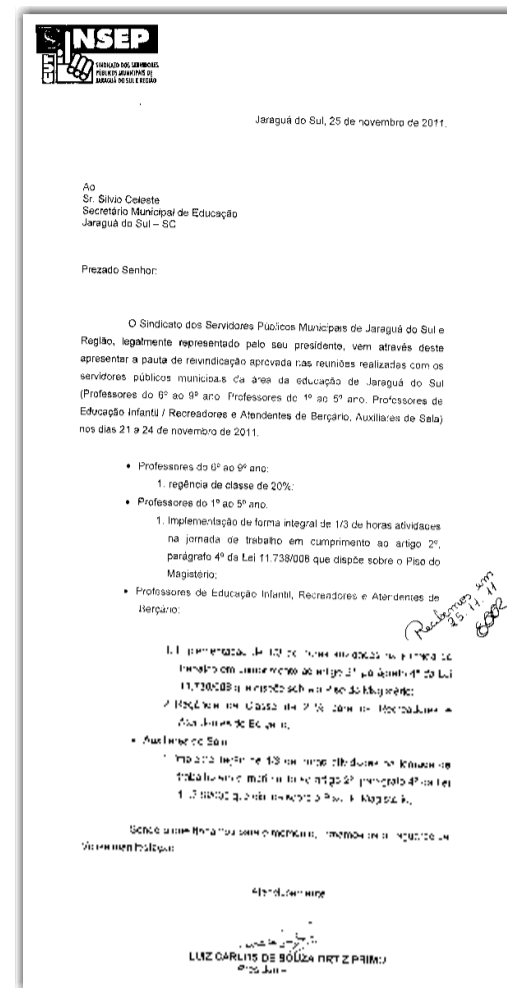
Art. 5º Poderá candidatar-se aos cargos de Dirigentes, o servidor público municipal ocupante de cargo de provimento efetivo, integrante do quadro do magistério público municipal, que comprovar:

I - ser efetivo por, no mínimo, 4 (quatro) anos na rede municipal de ensino de Massaranduba; II - que esteja habilitado em licenciatura em nível superior na área de educação; III - não ter sofrido penalidade disciplinar prevista na legislação em vigor, até a data de inscrição no processo eleitoral.

O Secretário Silvío Celeste já tem em mãos o rol de reivindicações dos servidores da Educação, visando a implantação de 1/3 da jornada de trabalho em hora-atividade, a partir do início do ano letivo de 2012. Documento foi protocolado dia 25 de novembro e é resultado de uma série de Assembleias por Setor promovidas pelo Sinsep entre os dias 21 e 24 de novembro e envolvendo servidores do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano e do 1º ao 5º ano), Educação Infantil, Recreatoras, Atendentes de Berçário e Auxiliares de Sala. Veja ao lado as reivindicações:



Assimbleias (como a dos servidores dos CEIs, dia 23 de novembro) aconteceram no Síticom



Sinsep na Plenária da Fetram

Diretores Luiz Ortiz Primo, Idinei Petry, Luiz Schorner, Fátima Duarte, Neiva Fracasso e Margarida Bernardina Pelin, participaram da IV Plenária da Federação dos Trabalhadores Municipários da CUT de SC (Fetram), de 1º a 3 de dezembro, em Florianópolis. Dia 1º aconteceu a Audiência Pública em Defesa de Concurso Público". A Plenária debateu também a implementação do Piso Nacional do Magistério e Municipalização do Ensino Fundamental; direitos trabalhistas, como Regime Jurídico, Previdência, Insalubridade e Periculosidade; e a Estrutura e Funcionamento do Sistema Único de Assistência Social (Suas);

Urbanismo (serviços públicos sem terceirização) e a experiência da Comcap em Florianópolis; além da definição do Plano de Lutas da Fetram/2012.



Delegados que estiveram na Plenária da Fetram

Dieese/SC completa 30 anos

Dia 23 de novembro o Escritório Regional do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos e Socioeconômicos) em Santa Catarina comemorou 30 anos de instalação. Com direito a sessão especial na Assembléia Legislativa e a realização da Conferência "Trabalho Decente no Brasil" com o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. Houve assembleia das entidades filiadas, no auditório do Sinjusc e a presença da presidenta Nacional da entidade, Zenaide Honório. Sinsep esteve presente às homenagens.

O escritório regional de SC foi fundado em 26 de novembro de 1981. A Fecesc (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado), Federação dos Metalúrgicos, Sindicato dos Comerciantes de Criciúma, Sindicato dos Metalúrgicos de Timbó, Sindicato dos Bancários de Joinville e o Sindicato de Energia



Diretores e funcionários do Dieese homenageados na Alesc

Termelétrica de Tubarão criaram a comissão provisória para discutir a implantação do Dieese.

O escritório regional teve dois supervisores: Afrânio Tadeu Boppré (1984 a 1992) e José Álvaro de Lima Cardoso (desde 1992).

A primeira subseção foi instalada nos Eletricários de Florianópolis, em 1987, onde permanece até hoje. Funcionaram subseções também no Sindicato dos Bancários, Fetiesc e Sintae. Veja vídeo da TV Floripa sobre Dieese: <http://www.youtube.com/watch?v=izDB9T3NM0o>.



Conheça
seus direitos

Sancionada Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade

Lutar contra toda forma de discriminação, violência e impunidade e entender que somente conhecendo o passado compreenderemos o presente e construiremos o futuro

A presidenta Dilma Rousseff sancionou dia 18 de novembro a Lei nº 12.528, que cria a Comissão Nacional da Verdade, cujo primeiro objetivo é descobrir, esclarecer e reconhecer abusos do passado, cometidos no país, dando voz às vítimas. A Comissão será instalada em 2012 e terá dois anos de prazo - a presidenta quer receber relatório conclusivo até o fim do mandato, por considerar importante completar essa missão, com a qual tem uma relação biográfica direta, e virar dignamente uma página triste da nossa história que foi a ditadura militar. Serão sete membros, todos indicados por Dilma Rousseff e que poderão requisitar documentos em órgãos públicos, convocar testemunhas, etc. O relatório não terá poder de punir, razão de grande reclamação entre familiares de vítimas da ditadura e de lideranças do movimento social. O escritor Frei Betto critica, por exemplo, o período fixado (1946 a 1988), "o que denota intenção de desviar o foco das

investigações, que deveriam se centrar nos 21 anos de ditadura militar (1964-1985)". Também considera "pouca" a composição de sete membros, "para tarefa de tão ampla envergadura" e entende que o fato de não se poder divulgar ou disponibilizar os dados, documentos e informações sigilosos fornecidos à Comissão Nacional da Verdade "abre a possibilidade de se acobertar agentes do regime militar que, no período ditatorial, cometeram crimes de Estado, como torturas, sequestros e assassinatos". Por fim, Frei Betto critica o prazo de dois anos para a conclusão dos trabalhos, "curtíssimo, dado o volume de crimes praticados e as dificuldades que tendem a surgir no decorrer das apurações". Para o membro do conselho nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), professor Paulo Carbonari, "somente a luta dos diversos sujeitos de direitos é que fará possível tanto a verdade, quanto a memória e, acima de tudo, a justiça".

Abono de Permanência

Prefeitura de Jaraguá do Sul

Abono de permanência é direito que o servidor tem de "deixar de contribuir" para o Issem Previdência a partir do momento em que adquire o direito à aposentadoria, mas opta em continuar trabalhando.

Foi instituído pela EC 41/2003, corresponde ao valor da contribuição previdenciária mensal do servidor e será devido a partir do protocolo do requerimento. Para requerer o Abono de Permanência é preciso apresentar cópias autenticadas da Certidão de Tempo de Contribuição do(s) órgão(s) que esteve vinculado; da identidade e CPF do servidor; cópias simples da última folha de pagamento; do comprovante de residência; além da declaração de efetivo exercício nas funções de Magistério (Professores).

O abono é devido somente para algumas regras de aposentadoria e não é automático, devendo ser solicitado pelo servidor.

Salário Família

Para requerer o benefício basta apresentar cópia da certidão de nascimento do filho ou documento que comprove a dependência para o Setor de RH do município.

Salário Família - Jaraguá do Sul

Previsto no Estatuto do Servidor Público, é devido ao servidor ativo ou inativo, por dependente econômico. Deve ser requerido pelo servidor (pai ou mãe) com a apresentação da cópia da certidão de nascimento do filho ou documento que comprove a dependência junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura.

Salário Família - Corupá, Guaramirim, Schroeder e Massaranduba.

Pago aos servidores públicos vinculados ao INSS que recebem o salário mensal de até R\$ 862,60, para auxiliar no sustento dos filhos de até 14 anos de idade ou inválidos de qualquer idade. São equiparados aos filhos os enteados e os tutelados, estes desde que não possuam bens suficientes para o próprio sustento.

Simone Mohr - Bacharel em Direito
Agente Administrativa do Sinsep

Assassinato de vereador causa indignação



Morte de Marcelino tem indícios de execução

O movimento sindical e a sociedade catarinense exigem apuração urgente da morte do companheiro Marcelino Chiarello, 44 anos, professor, diretor do Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) Regional Chapecó e vereador do PT de Chapecó. Marcelino foi encontrado morto, enforcado, em sua casa, no dia 28 de novembro. Dias depois, o laudo médico confirmou a morte por traumatismo crânio e asfixia mecânica. Dia 5 de dezembro aconteceu um grande Ato por Justiça, em Chapecó, com manifestações de indignação, tristeza e em solidariedade aos familiares do companheiro Marcelino, assassinado de forma cruel, vítima da sua luta contra as injustiças e a corrupção. Em sete anos de mandato, como vereador, Marcelino Chiarello tornou-se o líder de oposição que mais enfrentou políticos, denunciou a corrupção e desvios do governo municipal de Chapecó. Sua ausência deixa imensa lacuna nos movimentos sociais que lutam por uma sociedade justa, fraterna e igualitária.

Prefeituras realizam Concursos Públicos

Não é de hoje que o Sinsep luta para que as contratações no serviço público se dêem através de Concurso. O Sindicato chegou a ingressar com ação no Ministério Público do Trabalho para denunciar o excessivo número de ACTs (Admitidos em Caráter Temporário) nas Prefeituras da microrregião.

Agora, finalmente a campanha surtiu efeito. Veja no quadro abaixo o número de vagas abertas para Concurso Público, em cada município.

Nº DE VAGAS ABERTAS MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO, NA MICRORREGIÃO

Jaraguá do Sul	258 vagas	Concurso realizado em 16 de outubro
Schroeder	50 vagas	Inscrições até o dia 22 de dezembro e prova no dia 15 de janeiro de 2012.
Guaramirim	240 vagas (quadro efetivo) 39 vagas para (ESF)	Inscrições encerradas e prova no dia 18 de dezembro
Massaranduba	59 vagas	Inscrições até o dia 21 de dezembro e prova no dia 8 de janeiro de 2012.
Samae	27 vagas	Concurso realizado no dia 24 de novembro

OBSERVAÇÃO: Em relação às necessidades de pessoal nas Prefeituras, o número de contratações irá superar, em muito, o número de vagas abertas nos Editais dos Concursos realizados na microrregião.

Fetram/SC amplia Campanha

A Campanha "Sem concurso público não há democracia" ganhará as ruas novamente no ano de 2012. Convocada pela Federação dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina (Fetram) e pela CUT, a campanha vincula diretamente a falta de concurso público ao aumento das terceirizações, das privatizações e da corrupção que assolam o país. O Concurso Público garante a todo cidadão o direito de disputar o acesso aos cargos públicos, democratiza e qualifica o Estado. É determinação prevista na Constituição Federal (Art. 47) para impedir o uso político dos cargos públicos. Governante que é favorável à terceirização enfraquece o Estado para desviar o dinheiro público a cargos comissionados, para contratos temporários, para garantir lucros exorbitantes aos empresários e pagar baixos salários aos trabalhadores terceirizados.



CUT/SC, FETRAM, SINTE, SINTESPE, SINTRAFESC, informam:

**SEM CONCURSO PÚBLICO
NÃO HÁ DEMOCRACIA**

PORQUE TERCEIRIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E CORRUPÇÃO ANDAM JUNTAS!